

CADERNO

Fé e Cultura

Edição 20
10 de abril de 2024



Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na internet, com mais artigos e links citados.



Educação integral: o desafio que deve unir uma sociedade

Núcleo Fé e Cultura

Todos sabem que a educação brasileira está aquém do necessário, tanto para o desenvolvimento do País quanto para a realização integral das pessoas. Essa constatação deveria unir toda a sociedade, num esforço compartilhado pelo futuro dos nossos jovens. Contudo, frequentemente vemos mais

conflitos do que encontros em torno desta meta comum. A experiência católica e sua sabedoria, acumuladas ao longo da história, podem e devem ser uma luz que ajuda a todos, na construção do bem comum, e não mais um motivo de escândalo e divisão.



Arte: Sergio Ricciuto Conte

Rodrigo Gastalho
Moreira*

A família na escola

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade, e à escola instruí-los, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência. Contudo, uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva a uma ajuda recíproca e, frequentemente, ao aperfeiçoamento real dos métodos de aprendizado. Entretanto, devido à excessiva carga horária de trabalho dos pais, e com a participação das mulheres no mercado de trabalho, os pais deixam a criação dos filhos cada vez mais aos cuidados de instituições extrafamiliares: berçários, creches e escolas. Com essas modificações, espera-se que a escola assuma, além da função de desenvolver o potencial da aprendizagem, também a função de educar valores.

Não obstante a isso, percebe-se

que, paulatinamente, a legítima autoridade familiar tem sido relativizada e, aos poucos, emerge um fenômeno que tem dado origem a um círculo vicioso no qual há cobranças mútuas entre família e escola, o que prejudica a interação entre esses entes.

Compreende-se dessa forma que é indispensável a participação da família na vida escolar dos filhos, pois essa presença potencializa um melhor desempenho nas atividades escolares. É fundamental que a família esteja em harmonia com o plano educativo da instituição e ambas somem esforços em prol do desenvolvimento das crianças. Esta presença implica envolvimento, comprometimento, estímulo e colaboração. O papel dos pais, portanto, é dar continuidade ao trabalho da escola, criando condições para que seus filhos tenham sucesso tanto na sala de aula quanto na vida adulta.

A falta de comprometimento dos pais no processo de educação inte-

gral dos filhos - definido hoje como problema social, se caracteriza como uma forma de negligência parental. Ela pode ser causada pelo despreparo e ausência de orientação familiar e pelo enfraquecimento dos vínculos familiares, acarretando atitudes de indiferenças e uma crescente delegação das funções familiares a terceiros como babás, escolas etc. Quanto mais as famílias se envolvem com a educação dos filhos e participam ativamente da vida escolar, melhores são os resultados de aprendizagem dos alunos. Esta afirmação é praticamente consensual no campo educacional, e não faltam evidências para embasá-la.

Por outro lado, quando a parentalidade é exercida de forma negativa, manifestada nas formas de negligência parental e violência intrafamiliar, surgem inúmeros prejuízos como o enfraquecimento na relação entre pais e filhos, reflexos na saúde física, mental e emocional

das crianças, comportamentos desafiadores e manifestações de agressividade, baixo rendimento e evasão escolar.

Diante de situações atuais de risco social e vulnerabilidades vividas pelas famílias brasileiras, estas precisam ser apoiadas pelo Estado e pela sociedade, para que possam cumprir suas responsabilidades. Nesse sentido, a centralidade da família no âmbito das políticas públicas se constitui importante mecanismo para o efetivo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, pois a família não é apenas o berço da cultura e a base para um futuro melhor, também é o centro da vida social. A educação bem-sucedida da criança no ambiente familiar é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulta. A família tem sido, e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

* Advogado, com pós-graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Cândido Mendes e pós-graduação em Teologia Aplicada pela Universidade de Oxford, Reino Unido

A formação integral da pessoa em tempos de mudança*

Sílvia Regina Brandão**

O [mapeamento](#) realizado em 2021 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e o Instituto Ayrton Senna, que contou com a participação de 642 mil alunos no âmbito do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) aponta que dois de cada três estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio da rede estadual relatam sintomas de depressão e ansiedade.

Em dezembro de 2022, [duas pesquisas](#) realizadas pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, uma com jovens e outra com pais e cuidadores americanos, revelaram que o índice de transtornos como ansiedade e depressão entre os dois grupos são similares e estão relacionados.

As análises dos resultados das pesquisas apontam os riscos das grandes transformações socioculturais e econômicas de nosso tempo, potencializadas pela pandemia. Esse contexto em constante mudança impacta a todos – crianças, jovens e adultos – já que muitos dos modos de lidar ou viver o cotidiano não respondem mais às demandas atuais.

Vivendo em tempos de mudança. A necessidade de responder às novas demandas e desafios foi reconhecida no âmbito da legislação educacional, confirmando a educação integral como compromisso da [Base Nacional Comum Curricular](#) (2017), que propõe o desenvolvimento das competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental. São elas: autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidade de relacionamento e tomada de decisão responsável.

O processo de formação integral, para ser efetivo e duradouro, deve apoiar-se em fundamentos antropológicos que permitam colocar e enfrentar questões como: Por que a autoconsciência ou autogestão são necessárias? O que a consciência social significa e por que é importante? Qual é a contribuição que o outro pode me oferecer ou eu posso oferecer a ele? Por quê? Para quê? Quem pode me ajudar a identificar critérios para tomar uma decisão responsável? Em que ela consiste?

Viver em tempos de mudanças exige descobrir ou redescobrir respostas a questões como essas que, anteriormente, poderiam parecer óbvias ou automáticas. Como ensina Hannah Arendt: “Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas, de qualquer modo, julgamentos diretos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão”.



Flávio Florido/EducaçãoSP

A necessidade de uma maior atenção e cuidado com a saúde mental das crianças, adolescentes e jovens tem sido cada vez mais verificada pelos educadores, pais, familiares e constatada também por meio de estudos realizados em diversos países. Em tempos de mudança, como os que vivemos hoje, se torna ainda mais evidente a necessidade de um processo de formação integral.

(ARENDETT, H. *Entre o passado e o futuro*. Paulo: Perspectiva, 2005).

Destinados ao encontro. Duas características fundamentais do ser humano nos ajudam a caminhar em direção à formação integral e à realização pessoal. A primeira delas, valorizada na tradição cristã, é o fato de a pessoa ser criatura, criada não de qualquer maneira, mas à imagem e semelhança de Deus. Isso significa que a pessoa vem de Deus e se dirige para Ele, para o Amor, a Verdade, o Bem, a Beleza, nas palavras de Santo Agostinho: “Fizeste-nos para Ti e inquieto está o nosso coração enquanto não repousa em Ti” (SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Livro 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2017).

Tomás de Aquino nos ensina que a criação do nosso ser, do nosso existir não se dá apenas no início, mas a cada instante: a vida nos está sendo dada agora, somos gerados, não somos capazes de nos dar vida. Essa dependência original, esse pertencer ao Criador, nos sinaliza que não somos autônomos, mas que também não estamos sós: há Alguém que nos deseja, nos ama e nos acompanha em cada passo da nossa trajetória humana.

A segunda característica pode ser facilmente identificada na experiência de cada um de nós: o homem é um ser de encontro. Nós nascemos, nos desenvolvemos e nos realizamos por meio do encontro com outra(s)

pessoa(s). Desde o nascimento, para existir, cada um de nós precisa ser recebido, acolhido no abraço, no olhar de alguém. Para descobrir quem sou, preciso do outro: “Está por natureza destinada a tornar-se o ‘eu’ de um ‘tu’”. A pessoa fundamentalmente só não existe” (GUARDINI, R. *O mundo e a pessoa*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1963)

Falta de luz e diálogo. A experiência de encontro é desejada, esperada e, quando acontece, gera alegria e realização. Porém, não é possível forçar o encontro, ele acontece por graça: quando duas pessoas aceitam o convite de passar um tempo juntas, compartilhar algo de valioso ou trocar uma experiência simples do cotidiano. Cada um pode localizar em sua história momentos significativos de encontro, como o faz um estudante universitário do curso de Música:

“Sempre me lembro dos dias em que faltava energia no meu bairro, mas houve um dia especial. Estávamos todos em casa, coisa que não é muito comum, já que ‘cada um tem sua vida pra cuidar’. Já eram nove da noite e me lembro que minha mãe estava na cozinha, meu pai e meu irmão estavam na sala; eu, no quarto e minhas duas irmãs no quarto delas. Cada um havia preparado o seu prato do jantar, como de costume. Foi quando a energia falhou e tudo ficou escuro. Pouco a pouco, cada um foi

chegando na cozinha onde minha mãe estava. Logo a mesa estava cheia. Algumas velas foram colocadas e terminamos o jantar. Mas não ficou só nisso. Piadas foram contadas (acabamos por descobrir que meu irmão tinha talento para contar piadas); meus pais contaram histórias e lendas que meus avós contaram a eles (minha irmã teve muito medo e não tinha coragem de sair da mesa para ficar sozinha no escuro do quarto). Cantamos muitas músicas, como *Não se vá*, de Jane e Herondy. Tudo muito engraçado. Sei que a falta de energia ‘forçou’ o encontro, mas foi maravilhosa a experiência. Família é isso, tendo luz ou não. Após algum tempo, a luz voltou e tudo retornou ao ‘normal’. Não sei se as marcas que ficaram nos outros foram as mesmas que ficaram em mim, mas aguardo ansiosamente o dia em que a luz vai faltar novamente”.

Em um contexto cada vez mais individualista e hedonista, é fundamental aprender com as experiências cotidianas, reconhecer o valor do encontro: a beleza de estar diante do outro, de acolher sua necessidade e de ajudá-lo a enfrentá-la, a alegria de descobrir novas possibilidades, de construir juntos algo que valha a pena. Identificar pessoas, grupo de pessoas, comunidades que nos lembrem quem somos – criados por amor e para amar e ser amados – é essencial para nossa formação e realização pessoal, de modo que possamos ter condições para enfrentar os desafios oferecidos pela realidade atual.

* Texto baseado em palestra proferida no I Seminário Escola & Família, promovido pela Pastoral da Educação e Ensino Religioso do Regional Sul 1 da CNBB, em parceria com o Vicariato Episcopal para a Educação e a Universidade da Arquidiocese de São Paulo (Santuário Nacional de Aparecida, 19/ago/2023)

** Psicóloga pela PUC-SP e doutora em Filosofia da Educação pela FEUSP, professora da Faculdade Santa Marcelina. Atende no PROVOCAÇÃO - Serviço de Orientação Profissional.

A relação entre pais e professores na escola: uma oportunidade de encontro*

Cecília Canalle**

Escreveu São Bento, há mais de 1.500 anos: “Todos os hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos como o Cristo, pois Ele próprio irá dizer: ‘Fui hóspede e me recebestes’. E se dispense a todos a devida honra, principalmente aos irmãos na fé e aos peregrinos. Logo que um hóspede for anunciado, corra-lhe ao encontro o superior ou os irmãos, com toda a solicitude da caridade; primeiro, rezem em comum e, assim, se associem na paz. Não seja oferecido esse ósculo da paz sem que, antes, tenha havido a oração, por causa das ilusões diabólicas” (*A Regra de São Bento*, Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2003, Capítulo 53).

O Santo deixa muito claro: “Todos os hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos como o Cristo, pois Ele próprio irá dizer: ‘Fui hóspede e me recebestes.’” Essa afirmação altera por completo a maneira de atender aquele pai mais difícil e aquele mais fácil também! E coloca o Cristianismo no chão de fábrica, encarnado, no cotidiano prosaico e sagrado para nós. Atender o outro sem essa dimensão desencarna o Cristianismo, o retira da realidade e, pior, torna o jugo e o fardo pesados como são sem a sua Presença. Ao contrário, a experiência religiosa nos permite encontrar o outro na sua e na nossa dificuldade. Como escreve Adélia Prado: “Os mosquitos como pessoas da casa admitidos. A poeira também” (“Uma forma para mim” [in] *Bagagem*. São Paulo: Record, 2003).



August de Richelieu/Pexels

Nem sempre é ótima a relação entre pais e escola. Isso se dá, também, porque estamos acostumados a procurar as autoridades escolares somente quando temos problemas e, raramente, as buscamos para comentar algo que nos deixou satisfeitos. Assim, é comum que a relação pais/escola se realize por meio de reuniões com o objetivo de gerenciar conflitos. E esses conflitos, o sabemos bem, muitas vezes não são solucionáveis; eles possuem a limitação do tempo da educação que constrói a maturidade de modo mais lento do que desejaríamos. Há, também, as limitações de eventos difíceis que ora estão acontecendo na família, ora entre os amigos da escola... São muitos os limites que se reúnem nas salas de atendimento! As dificuldades cognitivas, a falta de didática de algum professor, a impaciência dos pais já atrasados para o trabalho... De tudo isso, o que nos cabe é sempre a nossa parte, ou seja, quando me deparo com aqueles pais ou aqueles professores, quem eu entendo que estou encontrando?

Tudo cabe, sem que eu queira eliminar nada da realidade. Porque sem Ele até a relação fácil se torna cansaço muito rapidamente.

O encontro com os pais de uma escola não é pontual. É um caminho. Como todo caminho educativo na escola, na família ou na Igreja, é lugar de conselhos, correções, punições, celebrações, desafios, incentivos... É uma companhia que nos guia para nossa vocação. É a oportunidade de os pais encontrarem-se com cristãos e se surpreenderem com a beleza e os limites daqueles que estabelecem uma amizade com eles.

A maravilha do Cristianismo é que tudo é oportunidade da única coisa que interessa: que reconheçamos a Cristo ali, naquele lugar, naquelas circunstâncias. Na minha experiência, isso só não foi possível quando não supliquei que acontecesse, esquecendo de desejar o infinito naquele cotidiano, aparentemente secundário, em que a minha alma deseja reencontrá-Lo e respirar novamente. Tudo ali, disponível para mim, para um novo encontro que não é somente algo a ser administrado, mas que coincide com o caminho da minha vocação para aquele dia.

* Texto baseado em palestra proferida no I Seminário Escola & Família, promovido pela Pastoral da Educação e Ensino Religioso do Regional Sul 1 da CNBB, em parceria com o Vicariato Episcopal para a Educação e a Universidade da Arquidiocese de São Paulo (Santuário Nacional de Aparecida, 19/ago/2023)

** Mestre e doutora em Educação pela USP, foi professora e exerceu cargos de direção nos Ensinos Médio e Superior. Atualmente, ministra aulas de Comunicação na Fatec Sebrae

Livros

Educar é um risco: a fascinante descoberta do real

Núcleo Fé e Cultura

Todo educador deseja que os jovens, sejam seus filhos, sejam seus alunos, se desenvolvam para serem livres e felizes. Espera que sua experiência e seu conhecimento da vida ajudem-os a se confrontar com a realidade, aprendendo a amar, a se comprometer com o bem e a se fascinar com a verdadeira beleza. Mas a sociedade questiona e relativiza cada vez mais qualquer valor ou princípio ético, a educação frequentemente é apresentada como doutrinação, o mundo parece dominado pelo individualismo e por uma falsa beleza.

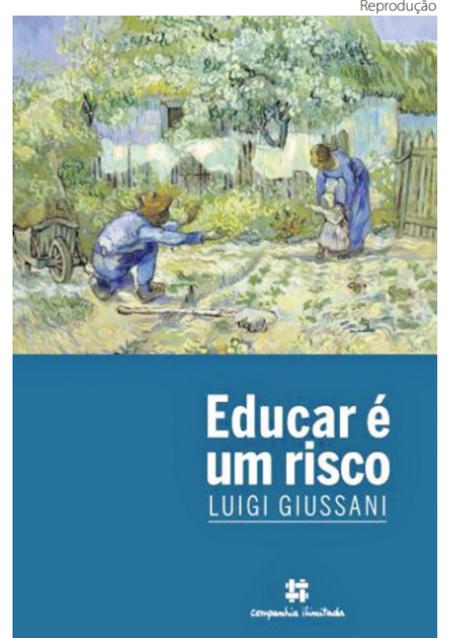
Nesse contexto, é particularmente significativa a reflexão de Dom Luigi Giussani, educador e sacerdote italiano, no livro *Educar é um risco*.

No centro da obra está o tema da liberdade, entendida como a capacidade de responder à realidade de forma pessoal e responsável. Giussani argumenta que a educação não pode ser um processo de doutrinação ou simples transmissão de noções, mas deve antes ajudar a pessoa a conquistar sua própria liberdade e orientá-la para o bem.

O título do livro faz alusão ao fato de que toda educação autêntica implica um risco. O educador não pode ter o controle total do processo educativo, mas deve confiar na liberdade do educando. Isso significa aceitar a possibilidade de que este possa tomar decisões equivocadas ou fazer escolhas não conformes às expecta-

tivas do educador – que não é um simples dispensador de saberes, mas uma testemunha confiável que compartilha com o outro sua experiência de vida e de fé. Aceitando o risco inerente ao processo educativo e assumindo que a vida testemunhada é mais decisiva de que os princípios teorizados, Giussani recupera e integra o desejo de liberdade e a busca de referências dos jovens à exposição dos próprios valores e ao espaço de liberdade que deve ser dado pelo educador.

A educação se torna assim um caminho de liberdade e uma abertura à realidade, na totalidade de seus fatores, como o próprio Giussani insiste em afirmar no livro.



GIUSSANI, Luigi. *Educar é um risco*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2019.

Uma história da Educação no Brasil

Roberto Coelho
Barreiro Filho*

Falar de educação no Brasil nos colocará sempre diante de um grande problema!

No início de nossa história, de domínio português no Brasil, a educação foi focada exclusivamente na catequização. O principal objetivo era “civilizar” o índio. Foi assim que nasceu o embrião do ensino no Brasil, em 1549, quando os primeiros jesuítas desembarcaram na Bahia.

A educação pensada pela Igreja Católica, que mantinha uma relação estreita com o governo português à época, por meio do padroado, tinha como objetivo converter a alma do índio brasileiro à fé cristã. Havia uma divisão clara de ensino: as aulas lecionadas para os índios ocorriam em escolas improvisadas, construídas pelos próprios indígenas, nas chamadas missões; já os filhos dos colonos recebiam o conhecimento nos colégios, locais mais estruturados por causa do investimento mais pesado. Clara divisão de objetivos. Era evidente a separação de povos!

Para educar os indígenas, o Padre José de Anchieta, considerado um dos primeiros, ou o primeiro, pedagogo do Brasil, lançava mão de recursos ainda atuais em algumas escolas brasileiras, como o teatro, a música e a poesia. Por causa de sua obra preservada, especialmente as cartas em que documentava as rotinas escolares, o Padre Anchieta pode ser apontado como um dos nomes de maior destaque da história da educação brasileira.

O ensino dos jesuítas. O conhecimento repassado pelos jesuítas aos alunos não se restringia à propagação do ensino religioso. Havia uma diferenciação do ensino para cada público. Era um pedido que vinha da corte, e feito pela própria elite colonial que morava no Brasil, se podemos falar de uma “elite brasileira colonial”, já que não era bem assim.

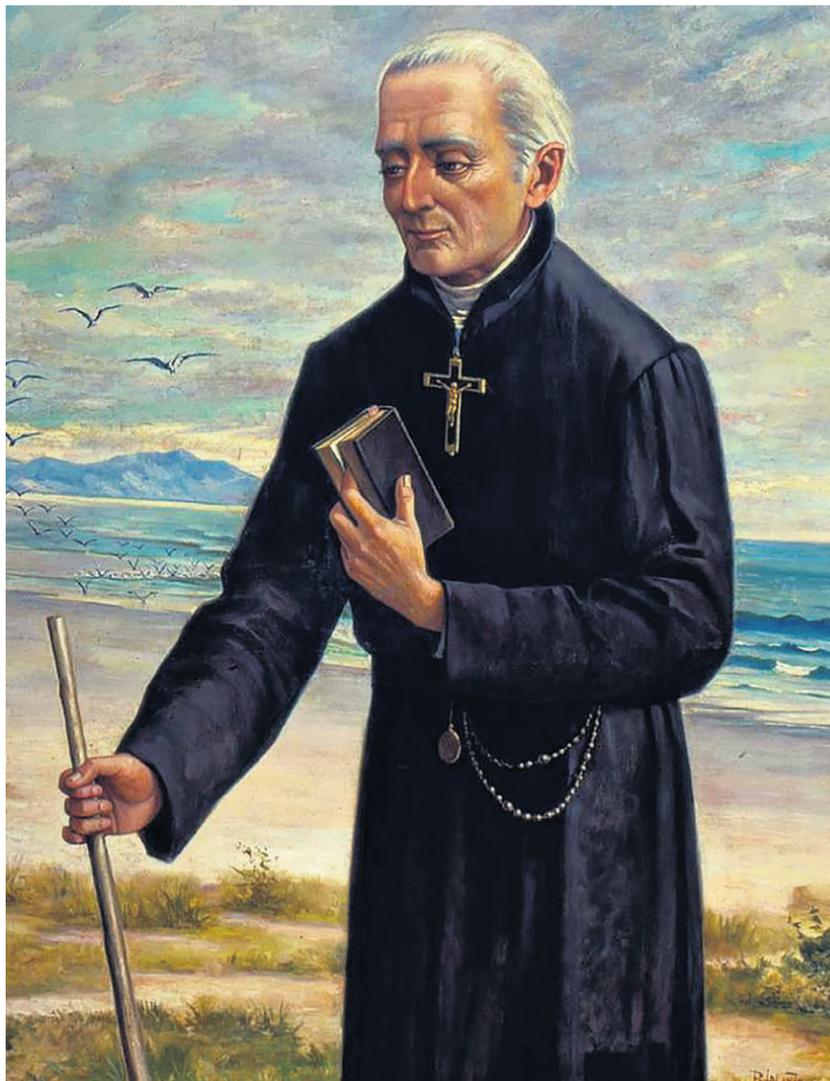
A educação jesuítica tinha que seguir (ou objetivamente tentava seguir) um documento curricular: o *Ratio Studiorum*. Elaborado em 1599, cinquenta anos após o início da catequese no Brasil, a diretriz curricular era a base do conteúdo pensada pela Igreja. No *Ratio Studiorum* constava o ensino da gramática média, da gramática superior, das humanidades, da retórica, da filosofia e da teologia. Era isso!

Nem tudo foi tão bom. Em 1750, ano da assinatura do Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, a até então confortável situação da Companhia de Jesus no Brasil começou a se deteriorar. Na sequência, ocorreu a expulsão da ordem no Brasil. O que colocar no lugar?

Dificuldades e contradições do ensino estatal. Assume esse novo papel educacional o Marquês do Pombal, o

A escola nasceu, no Brasil, a partir da Igreja Católica. Coube aos jesuítas começar a educação escolar do povo brasileiro, incluindo colonos europeus e índios, ainda que com todos os problemas e limitações que hoje, mais de 200 anos depois, podemos encontrar naquele trabalho. Apesar dos muitos esforços, a educação escolar permanece como um dos maiores desafios de nossa sociedade.

Reprodução da obra Padre José de Anchieta de Benedito Calixto/Museu Paulista



que significou uma remodelação total do sistema de ensino brasileiro. Por ordem do Estado, os jesuítas tiveram seus livros e manuscritos destruídos pelos portugueses, e a religião foi deixada de lado nos currículos. Uma nova história a ser contada. Ficamos, ao menos, dez anos sem escolas! Um verdadeiro desastre!

Após a instauração dessas mudanças, o Brasil deu seus primeiros passos na criação de um ensino público. A desestruturação da escola jesuíta, porém, fez com que os índios perdessem espaço no sistema de ensino. Por outro lado, a reorganização tornou o professor uma figura central do processo educacional. Nesse período, foram criadas as aulas régias, ministradas por docentes concursados, que eram funcionários do Estado. Portugal foi pioneiro na Europa em criar um ensino público. No entanto, a documentação histórica mostra que o alcance do ensino após as reformas pombalinas foi menor do que as práticas estruturadas pela Companhia de Jesus. Ponto negativo para a educação!

Um dos momentos mais importantes da história da educação no Brasil ocorreu com a chegada da família real, em 1808, fuga da Europa

por causa da invasão napoleônica a Portugal. Em um dos navios vindos da Europa, desembarcaram no Rio de Janeiro cerca de 60 mil livros que, mais tarde, dariam origem à Biblioteca Nacional.

A presença da coroa portuguesa impulsionou alguns investimentos na área da educação, aportes que culminaram na criação das primeiras escolas de ensino superior; talvez um erro por não formar técnicos e sim acadêmicos. Estes locais tinham como foco, exclusivamente, preparar academicamente os filhos da nobreza, outro problema de divisão social.

Com a independência, em 1822, a educação, durante o período imperial, não contabilizou avanços práticos. A gratuidade do ensino, estabelecida por determinação da corte portuguesa, não representou, de fato, investimentos em construção de escolas com espaços físicos adequados, muito menos contratação de professores bem formados e uso de métodos e materiais didáticos aprofundados. Vão-se mais 50 anos! Somente em 1827 foi sancionada a primeira lei brasileira que tratava exclusivamente da educação. Em 1834, o governo monárquico inaugurou a primeira escola de formação de pro-

fessores, a Escola Normal de Niterói.

Bem: após a proclamação da República, algumas reformas pontuais foram realizadas. A primeira delas, do ministro da Instrução, Benjamin Constant, realizada em 1890, com foco no ensino superior! As escolas de base, no entanto, não entraram nas prioridades dos primeiros governos republicanos. Pobre ensino brasileiro...

A escola brasileira no século XX. O movimento da Escola Nova ganhou força no ambiente educacional na década de 1920, quando ocorreram reformas estaduais inspiradas em seus ideais. Nomes como o do educador Anísio Teixeira despontaram como lideranças do movimento. A Escola Nova, no Brasil, ficou marcada pela tentativa de tornar a educação mais inclusiva e adotar um modelo mais moderno de ensino, voltado para uma educação prática da vida.

A Constituição de 1934 foi a primeira a incluir em seu texto um capítulo inteiro sobre a educação. Fruto da forte centralização nacional que marcou o período da ditadura Vargas. Em 1942, foi regulamentado o ensino industrial. No mesmo ano, surgem as escolas do Senai, direcionadas, especialmente, às camadas mais pobres da população.

Somente em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Histórico, o documento instituiu um núcleo de disciplinas comuns a todos os ramos. Mas é na segunda versão da LDB, que se torna possível enxergar um sistema de ensino mais parecido com o atual. Essa estrutura permanece até LDB de 1996.

E, no século XXI, os desafios continuam. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas para resolver o problema educacional brasileiro até 2025. Quem viver verá!

Basicamente, metade dos alunos do Brasil que estão na faixa dos 7 anos não conseguem ler e escrever de uma forma minimamente adequada. Esses dados retratam uma realidade muito alarmante, mas não são novidades. Desde a Avaliação Nacional de Alfabetização, a ANA, que começou a ser implementada desde 2014, o Brasil apresenta indicadores bem preocupantes.

Mais da metade das crianças brasileiras que cursam o 3º ano do ensino fundamental estão defasadas em leitura. Em matemática, a situação é ainda pior: 67% das crianças a não conseguem realizar contas básicas como deveriam fazer na sua idade.

Erros e ideologias condenaram a educação brasileira! Agora é preciso fazer, direito, a lição de casa.

* Mestre em comunicação e doutor em história, ambos pela PUC-SP.